

Chile e Brasil

O Perú, realmente independente desde a famosa batalha de Ayacucho (1824) não fora, porém, como tal reconhecido pela Espanha ainda em 1864, época em que para tratar de assunto do antigo vicereino, enviou um comissário real que o presidente Prado se negou a receber declarando que o Perú era Estado Livre e independente e não tinha que dar satisfações a quem quer que fosse. Esse ato, considerado injurioso pela Espanha, fez com que o govêrno enviasse ao Perú uma esquadra composta dos navios *Villa de Madrid*, *Covadonga*, *Resolucion*, *Blanca* e *Vencedora*, comandada pelo almirante Pinzón que ocupou as ilhas Chinchas situadas na baía de Paracas ao sul do porto de Pisco, em nome da rainha D. Isabel II.

O povo chileno protestou violentamente contra essa ocupação obrigando a Govêrno a fazer aliança com o Perú, Bolívia e Equador, contra a Espanha.

Esse atentado provocou protestos de quasi todos os paises americanos e a chancelaria do Chile que logo após a agressão espanhola à soberania peruana nas ilhas de Chinchas, sonda a opinião pública sulamericana e obtem, do Brasil, a quem solicitára apóio, á seguinte resposta, conforme Carlos E. Grés Pérez:

1º O govêrno imperial rechaça a ideia de trégua que existe segundo os espanhóis;

2º O Brasil apoiará moralmente todo ato que reforce a independência americana.

E, pouco mais tarde, como veremos, lavra veemente protesto contra o bombardeio de Valparaiso.

Os sulamericanos que se sentiam unidos porque ainda possuíam vivas recordações dos tempos de colônia, daqueles tempos em que a

velha Espanha cometeu, como Portugal, gravíssimos erros econômicos especialmente porque, ao que parece, e repetimos aqui Guillermo Valencia Rodas, — perdeu o juízo diante das caudais de ouro da terra americana, prejudicando-se a si mesma e aos povos deste continente. “Leis tivemos — diz López de Mesa, citado por Valencia Rodas, — escolas também, governantes e missionários de nobre têmpera espiritual vieram até nós e amaram sua obra”. Mas isto não bastou. O draconianismo econômico da Metrópole desgostou o povo americano e, em consequência, surgiram as revoluções e guerras de independência.

E essas reminiscências no povo que se sentia capaz de governar-se por si, provocou a mais íntima união de defesa conjunta afim de evitar novos surtos colonistas da antiga mãe pátria.

Foi isso que levou o Chile a protestar unindo-se ao Perú, Bolívia e Equador em defesa continental contra as pretensões dominadoras da Espanha.

O governo espanhol, ferido em seu orgulho de antigo senhor de meio continente ordenou o bloqueio dos portos do Chile, depois de exigir que a bandeira de Espanha fosse saudada com os clássicos 21 tiros de canhão, exigência a que o Chile respondeu com a declaração de guerra.

O Chile, entretanto, não possuía esquadra.

Sua marinha de guerra compunha-se apenas da corveta *Esmeralda*, comandada pelo capitão D. Juan William Rebolledo.

Marinheiro habil e esperto, Rebolledo executou uma série de evoluções e, em dado momento, atacou e aprisionou a goleta espanhola *Covadonga* a 26-XI-1865. O almirante espanhol, envergonhado, suicidou-se e Espanha enviou novo navio, a fragata blindada *Numância*, com ordem de destruir tudo.

E a 31 de março de 1866, depois de grande série de escaramuças a esquadra espanhola entrou no porto de Valparaiso e, às 9¼ h. da manhã, iniciou o cobarde bombardeio da indefensa cidade chilena, durante três horas.

Os tiros foram dados a esmo, em todas as direções da cidade. Depois de vêr que a cidade ardia, o comandante Méndez Núñez, que substituíra o almirante suicida, mandou cessar o fogo. Passava das doze horas. Os prejuízos causados foram enormes não só para o Chile, como para particulares e súditos estrangeiros.

Com receio de repressálias de outros países americanos, o comandante espanhol, consumado o cobarde bombardeio retirou-se para o norte e depois de bombardear o porto de Callao a 2 de maio desse mesmo ano, retirou-se para Espanha.

Ora, o bombardeio de Valparaíso, bem como o de Callao mas principalmente o de Valparaíso, foi típico atentado a todas as leis internacionais de guerra e causou a mais viva revolta em todos os países americanos, inclusive o Brasil que, apesar de Monarquia, sem súditos na cidade bombardeada, e de estar em guerra com o Paraguai quiz dar prova categórica de seus sentimentos humanitários e americanistas e de fiel cumpridor das leis da Guerra e do Direito Internacional.

José Antônio Saraiva, Conselheiro, Ministro dos Estrangeiros e interino da Marinha e da Guerra no Gabinete do Marquês de Olinde, interpretando o sentimento brasileiro, o horror a todas as tiranias, o amor à liberdade, à justiça e ao direito, condenou, em veemente protesto, a atitude da Espanha bombardeando Valparaíso:

«A escuadra de S. M. católica, que hostiliza a República do Chile, bombardeou a cidade de Valparaíso, destruindo propriedades chilenas públicas e particulares pertencente a súditos e cidadãos de potências neutrais. Este ato de excessiva e desnecessária hostilidade produz no Brasil a mais penosa impressão. Neutral na guerra em que infelizmente se acham empenhados o Chile e a Espanha, tem o govêrno de Sua Magestade o Imperador cumprido, e cumprirá com o mais religioso escrúpulo, os deveres que esta lhe impõe. Mas a par desses deveres ele tem outros que deve satisfazer. Não sómente no interesse próprio: no dos demais estados Americanos, no de uma causa que é comum a todas as nações civilizadas, sejam elas beligerantes ou neutras. A moderna civilização, respeitando os direitos dos beligerantes, tende a minorar os males que resultam do estado de guerra: consegue proteger tanto a propriedade neutral como a inimiga inofensiva, e condena todo o ato de hostilidade que não seja necessário. Valparaíso estava protegida por esta prática salutar. Não era uma praça de guerra; era, uma cidade comercial, e encerrava além de propriedade inimiga inteiramente inofensiva, propriedade estrangeira e neutral de valôr consideravel. A sua destruição em nada aproveitava á Espanha não tirava recursos ao inimigo, nem influia diretamente no êxito da guerra. Bombardeando aquela cidade, prejudicou a Espanha principalmente aos interesses neutraes e estabeleceu um precedente fatal que não póde ser sancionado nem mesmo pelo silêncio das demais nações. Todas elas devem protestar, e o Brasil protesta. Empenhado tambem em uma guerra,

conhece o Governo Imperial pela própria experiência quanto convém aos beligerantes que lhes não seja impedido ou embaraçado o exercício dos direitos soberanos, mas, procura diminuir os males que desse exercício podem nascer, respeitando os interesses neutraes, concedendo-lhes tudo quanto é possível, prescindindo mesmo do uso dos seus direitos, e deixando de praticar aqueles atos, que não são indispensáveis ao seu objeto. O Governo Imperial, portanto, pronunciando-se nesta questão, apoia-se nos seus direitos como neutral e no seu procedimento como beligerante. O Brasil e a maior parte dos estados americanos, novos ainda, não dispõem de todos os recursos precisos para se fazerem respeitar; e disseminada a sua riqueza e a sua população ao longo das costas extensas e indefesas, estão sujeitos ao abuso da força, e necessitam por isso que sejam mantidas as máximas da civilização moderna e a mais eficaz proteção.»

Entretanto, em virtude da guerra que o Brasil, a Argentina e o Uruguai, sustentavam contra o tirano Paraguai, o Chile, o Perú, a Bolívia e o Equador enviaram, por intermédio do Perú que a firmou em nome dos outros, veemente nota-protesto datada de 9-6-1866 contra a guerra feita ao governo do Paraguai.

A 1º de junho de 1867 o presidente Pérez, ao abrir o Congresso, disse que a prolongação da guerra da Triplice Aliança “punha em alarma interesses vitais e comuns ás nacionalidades do nosso continente”.

Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade, nosso Encarregado de Negócios em Santiago, reclamou contra essas palavras em nota de 6 de mesmo mês respondendo o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alvaro Covarrubias, com data de 15. Aguiar tornou a tratar do assunto em outubro, ficando o caso liquidado.

O Chile, porém, não esqueceu a atitude elevada e nobre do Brasil e tanto assim que após a Guerra Chileno-peruano-boliviana (1879-1883) convidou-o para as Comissões Mixtas Internacionais, na primeira para estudar as reclamações da Italia, na segunda as da Italia, Grã-Bretanha e França, e na terceira, Italia, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Suíça, Belgica e Austria-Ungria.

Para a primeira comissão enviou o Brasil o Conselheiro Felipe Lopes Neto; para a segunda, o conselheiro senador Lafayette Rodrigues Pereira, e para a terceira o Conselheiro Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade, então Barão Aguiar de Andrade.

O Chile tornado independente pela Revolução da Independência, 18-9-1810, sómente 40 anos após a independência enviou repre-

sentante diplomatico ao Brasil ao passo que nós de conformidade com os sentimentos Americanistas de José Bonifacio e D. Pedro I, e o manifesto de 6-8-1822 dirigido às nações estrangeiras¹ já no mesmo ano enviavamos representante aos Estados Unidos.

Foi nosso primeiro representante no Chile, ou melhor Encarregado de Negócios, nomeado a 22-1-1826, o Dr. Antônio José Falcão da Frota, que se conservou no posto durante 3 anos.

Substituiu-o Duarte da Ponte Ribeiro, nomeado a 20-2-1829, como Encarregado dos Negócios e em seguida como Consul Geral.

Em 1836 seguiu para Santiago, como Encarregado dos Negócios, Manuel de Cerqueira Lima, nomeado a 6-7. Esse nosso Encarregado assinou o primeiro tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Chile, tratado que, por falta de andamento no Legislativo Brasileiro foi devolvido pelo Govêrno. Havia sido firmado por Cerqueira Lima e o Plenipotenciário chileno Joaquim Tocornal em 18-9-1838.

O tratado, porém, não ficou inutilizado. O substituto de Cerqueira Lima, Miguel Maria Lisboa, nomeado a 21-4-1838, firmou em 16-9-1839 Atos Adicionais ao tratado anterior, dando-lhe, assim, efetividade.

A Miguel Maria Lisboa, ainda como encarregado, substituiu, a 19-12-1843, Wenceslau Antônio Ribeiro e, por nomeação de 8-7-1848 assumiu o cargo de Consul Geral, João da Costa Rego Monteiro.

Em missão especial, nomeado a 25-2-1851, para todas as Repúblicas do Pacífico foi nomeado Duarte da Ponte Ribeiro, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário. Sua missão nessas Repúblicas, especialmente no Chile, onde fez o centro de seus trabalhos, era a de prevenir a todos os govêrnos dos motivos da Guerra que o Brasil iria declarar a Rosas e que eram acabar com a tirania e salvar, de acordo com o Tratado de Paz de 28-8-1828, a independência do Uruguai. Ao mesmo tempo deveria estorvar qualquer aliança contra o Brasil.

A 31-12-1852 regressava Ponte Ribeiro ao Brasil não só com sua missão cumprida e vitoriosa, como ainda trouxe tratado especial com a República do Perú.

1 Dizia entre outras cousas o referido *Manifesto aos Govêrnos e Nações Amigas*: — "Estarei pronto a receber os seus Ministros e Agentes diplomáticos e a enviar-lhes os meus..." etc. — Por Decreto de 12-8-1822 era nomeado Encarregado de Negócios do Brasil nos Estados Unidos o oficial da Secretaria de Estudo dos Negócios Estrangeiros, Luiz Moutinho Lima Alves e Silva.

Duarte da Ponte Ribeiro foi um dos maiores diplomatas brasileiros da primeira metade do século XIX, tendo sido seus últimos trabalhos justamente esses da missão especial às Repúblicas do Pacífico em 1851 / 52.

A Rego Monteiro substituiu, nos Negócios do Brasil no Chile, nomeado a 7-5-1859, Antônio José Duarte de Araujo Gondim.

Ainda como Encarregado de Negócios foi nomeado a 13-8-1862, Antônio Pedro de Carvalho Borges, substituído pelo Ministro Residente Francisco Adolfo de Vambagem, o insigne historiador e depois Visconde de Porto Seguro, que fora nomeado a 30-5-1863.

Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade, nomeado a 26-12-1866, teve importante atuação, como vimos, na questão do protesto do Perú, Chile, Bolívia e Equador à triplice aliança sobre a questão da Guerra do Paraguai, bem como na declaração do Presidente chileno, Dom José Joaquín Pérez na sua mensagem de 1-6-1867 ao abrir o Congresso, dizendo que a prolongação da guerra da Triplice Aliança punha em perigo os interesses vitais e comuns às nacionalidades do Continente.

Por decreto de 21-12-1871 foi Aguiar de Andrade elevado a Ministro Residente.

João Duarte da Ponte Ribeiro, filho do grande Duarte da Ponte Ribeiro, Barão da Ponte Ribeiro, nomeado Encarregado dos Negócios no Chile a 19-9-1873, assinou, com o Ministro das Relações Exteriores daquele país, Dom José Alfonso, a 20-8-1877, a ata da troca das ratificações da Convenção Postal entre o Chile e o Brasil, celebrada no Rio de Janeiro a 26-5-1876, firmada pelo enviado extraordinário chileno Guillermo Blest Gana e nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barão de Cotegipe.

Em 1876, a 8 de Novembro, foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Chile, o Conselheiro Felipe José Pereira Leal. Assistiu o desenrolar da Guerra Chileno-boliviano-peruana — “Guerra do Pacífico” — cujas causas foram questões de limites.

O limite estabelecido no regime colonial entre as atuais repúblicas do Chile e da Bolívia era o deserto de Atacama, limite vago, impreciso. Operários chilenos entraram nesse deserto onde foram explorar algumas “Guaneras” próximo a Mejillones. O governo boliviano protestou. O Chile retrucou que também tinha direitos sobre o deserto. Finalmente entraram num acordo, em 1866, sendo

firmado tratado que estabelecia uma zona comum entre os paralelos 25 e 26. Mas questões várias, econômicas e financeiras, e negativas do presidente boliviano Hilarión Daza, de dar explicações sobre taxas creadas na zona fóra do tratado de 1866, levaram o Chile a romper com a Bolívia declarando-lhe guerra e enviando a 14-2-1879 dois navios de guerra com homens de desembarque e apoderar-se de Antofagasta. O Perú, que firmára tratado secreto com a Bolívia contra o Chile, protestou, e o Chile, depois de mostrar copia do tal tratado secreto ao Ministro peruano Lavalle, respondeu, declarando guerra. E prosseguiu vitoriosamente até que tomadas Tacna e Arica, foram feitas ao Chile, por intermédio dos Estados Unidos, proposições de paz. Nada resultou, entretanto, e a guerra continuou até 1883. Depois da queda de Lima e dos combates de Concepcion (9-7-1882) e Huamachuco (10-7-1883) foi firmado o Tratado de Ancón, a 20-10-1883.

Essa guerra embóra tenha dado ao Chile duas grandes e ricas províncias, sacrificou-o grandemente e o levou a uma série de complicações em virtude dos prejuizos causados pela guerra a subditos estrangeiros.

Convidou, então, o Chile, sendo já Encarregado de Negócios do Brasil em Santiago, José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar, para presidir as comissões mixtas internacionais ao Brasil que, como vimos, mandou como Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários em missão especial, os conselheiros Felipe Lopes Neto (4-7-1883), Lafayette Rodrigues Pereira (20-5-1885) e Barão Aguiar de Andrade (11-12-1886).

Em 1888, a 20 de Agosto, foi nomeado Encarregado de Negócios Pedro Francisco Corrêa de Araujo, que a 29-12-1888 era elevado a Ministro Residente, cabendo-lhe negociar o reconhecimento da República dos Estados Unidos do Brasil, ato que foi assinado pelo Chile a 13-12-1889.

WALTER SPALDING

BIBLIOGRAFIA

Alem de diversas histórias do Brasil (Rocha Pombo, Varnhagem, Armitage, Rio Branco, Galanti, Calógeras, etc.), serviram de base ao presente ensaio as obras seguintes:

- 1 — ACCIOLY, Hildebrando.—*O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos de América*. Brasileira, Vol. 55, Cª Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- 2 — BARBOSA, Rui.—*A Revogação da Neutralidade do Brasil*. Dois discursos pronunciados pelo Senador Dr. Rui Barbosa e pelo Deputado Dr. Pedro Moacyr, Londres.
- 3 — BEMIS-GRIFFIN, Samuel Flagg-Grace Gardner.—*Guide to the Diplomatic History of the United States, 1775-1921*. Library of Congress, United States Government Printing Office, Washington, 1935.
- 4 — CALMON, Pedro.—*Historia Diplomática do Brasil*. Conferência pronunciada a 26-5-1939 no salão de Conferências do Itamarati (mimeografiado), Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Cooperação Intelectual, Ano de 1939.
- 5 — ——. *Brasil e América. História de uma Política*. 2ª edição aumentada, 1944. Livraria José Olímpio, Editora, Rio de Janeiro.
- 6 — CALÓGERAS, J. Pandiá.—*Estudos Históricos e Políticos (Res Nostra...)* 2ª edição, Brasileira, Vol. 74, Cª Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- 7 — CAMPOS, Raul Adalberto de.—*Relações Diplomáticas do Brasil*. Com um prefácio do Prof. Dr. Sá Viana. Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1913.
- 8 — FERRUZ, Salvador González.—*Historia de Chile*. 2ª edición, Talleres Gráficos del Diario "La Tarde", Santiago, 1936.
- 9 — GOYCOCHÊA, L. F. de Castilhos.—*Fronteiras e Fronteiros*. Brasileira, Vol. 230, Cª Editora Nacional, São Paulo, 1943.
- 10 — LIMA, Oliveira.—*Pan-Americanismo (Monroe-Bolívar-Roosevelt)*. H. Garnier, Livreiro Editor, Rio de Janeiro-Paris, 1907.
- 11 — LOBO, Hélio.—*Cousas Diplomáticas*. Livraria Editora Leite Ribeiro & Maurilo, Rio de Janeiro, 1918.
- 12 — ——. *O Pan-Americanismo e o Brasil*.—Brasiliiana, Vol. 169, Cª Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- 13 — PÉREZ, Carlos E. Grés.—*Los intentos de Unión Hispano Americana y la Guerra de España en el Pacífico*. Imprenta Nascimento, Santiago, 1928.
- 14 — REPARAZ, Gonzalo de.—*Historia de la Colonización*. 2 vols., Colección Labor, Editorial Labor, S. A., Barcelona, 1933 / 1935.

- 15 — RIBEIRO, Duarte da Ponte.—*As relações do Brasil com as Repúblicas do Prata de 1829 a 1843*. Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1936.
- 16 — SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.—*Organizações e Programas Ministeriais desde 1822 a 1889*. Notas explicativas sobre Moções... etc... Trabalho organizado na... Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1889.
- 17 — SILVA, José Bonifácio de Andrade e.—*O Patriarca da Independência. (Dezembro de 1821 a Novembro de 1823.)* Brasileira, Vol. 166, Cª Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- 18 — TRUDA, F. de Leonardo.—*O Brasil e a Doutrina de Monroe*. 1924, Cª Gráfico Editora Monteiro Lobato, São Paulo.
- 19 — VALENCIA RODAS, Guillermo.—*El Proceso de la Cultura Americana.— Sociología especial de América*. Ediciones U. C. B., Medellín, Colombia, 1942.
- 20 — VERGARA, Francisco Valdez.—*Historia de Chile*.—En "Excelsior", M. R., Publicación de la Editorial Ercilla, Año II, Santiago (Chile), 10 de marzo de 1937, N° 36.

